



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA**

BRUNA DE ARAUJO MODESTO

**A PERCEPÇÃO DAS MULHERES VISITANTES DO LUGAR
PRESÍDIO:
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA – DF**

Brasília

2016

BRUNA DE ARAUJO MODESTO

**A PERCEPÇÃO DAS MULHERES VISITANTES DO LUGAR
PRESÍDIO:
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA – DF**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Geografia do Departamento de Geografia – GEA, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Luíza Peluso

Brasília

2016

BRUNA DE ARAUJO MODESTO

**A PERCEPÇÃO DAS MULHERES VISITANTES DO LUGAR
PRESÍDIO:
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA – DF**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Geografia do Departamento de Geografia – GEA, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Marília Luíza Peluso

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marília Luíza Peluso – Departamento de Geografia – IH – UnB
(PROFESSORA ORIENTADORA)

Profa. Dra. Regina de Souza Maniçoba. – Departamento de Geografia – IH - UnB
(PROFESSORA EXAMINADORA)

Profa. MSc. Temízia Cristina Lopes Lessa – Departamento de Geografia – IH – UnB
(PROFESSORA EXAMINADORA)

Profa. Dra. Lúcia Cony Faria Cidade – Departamento de Geografia – IH – UnB
(PROFESSORA SUPLENTE)

Brasília, 06 de dezembro de 2016.

FICHA CATALOGRÁFICA

MODESTO, Bruna de Araujo. A Percepção das Mulheres Visitantes do Lugar Presídio: Centro de Detenção Provisória – DF. 44 p. (GEA – IH – UnB – Bacharelado, Geografia, 2016). Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MODESTO, Bruna de Araujo. A Percepção das Mulheres Visitantes do Lugar Presídio: Centro de Detenção Provisória – DF. Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 44 p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORIA: Bruna de Araujo Modesto

TÍTULO A Percepção das Mulheres Visitantes do Lugar Presídio: Centro de Detenção Provisória – DF

GRAU – ANO: Bacharelado – 2016.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e, ainda, emprestar e/ou vender cópias, desde que sejam destinadas para propósitos acadêmicos ou científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa monografia poder ser reproduzida sem a devida autorização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a força que meus filhos, Gabriel e Lucas, me dão todos os dias para persistir e seguir em frente. Minha monografia existe em meu coração antes mesmo do meu existir como mãe e em todas as dificuldades que passei, foi por eles (meus filhos) e para eles que me empenhei para finalizar mais esse ciclo em minha vida.

Aos meus pais pelo dom da vida, em especial à minha mãe por ser mãe e amiga como mais ninguém pode ser.

À minhas irmãs por compartilharem comigo toda uma vida e saberem mais que ninguém da minha história.

Aos verdadeiros amigos que sempre foram um suporte em minha jornada como ser humano, estudante e profissional.

À todas as portas fechadas que encontrei no meu caminho e que me fizeram entender ainda mais a importância desse momento.

À Universidade de Brasília pelas diversas chances que tive de provar que sou capaz.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marília Luiza Peluso, que iniciou o processo de orientação a uma menina e hoje finaliza a orientação de uma mulher.

À todas mulheres visitantes do CDP-DF pela contribuição e por serem a motivação deste trabalho.

APRESENTAÇÃO

Centro de Detenção Provisória do DF, km 04, Fazenda Papuda

Há oito (8) anos, iniciei uma jornada que marcou permanentemente minha vida e meu modo de ver e entender as coisas. Nesse mesmo local, às 8h30 da manhã, o estômago doía com o nervosismo e medo do novo, o medo de como seria entrar naquele lugar pela primeira vez. Mas ao mesmo tempo meu coração ansiava pelo momento de atravessar aqueles muros amarelos e portões de coloração azul tão marcantes para um presídio.

A cabeça de menina me permitiu sentir tudo aquilo de forma mais despida de preconceitos, talvez por isso naquele momento pareceu menos doloroso do que me lembro hoje. Via as filas de espera de forma leve ao lembrar que ali estava uma pessoa tão querida por mim. Os momentos em que me sentia humilhada logo passavam.

E foi essa sensação paradoxal de amor e ódio pelo lugar Centro de Detenção Provisória de Brasília (CPD) e tudo que ele representava e ainda representa para mim que me motivou a reviver todas essas sensações e percepções.

Ainda me lembro do barulho, do cheiro, das pessoas, das esperanças, dos corações ansiosos para reencontrarem seus amores.

Sejam bem-vindos às minhas memórias.

RESUMO

O presente trabalho compreende a análise da percepção das mulheres visitantes do Centro de Detenção Provisória do Distrito Federal enquanto categoria geográfica de lugar. Para tal feito, a análise da percepção foi realizada após a contextualização do sistema carcerário do DF no âmbito da história da Prisão desde seu surgimento até a escala de estudo – CDP-DF. Dessa forma, constitui-se como objetivo principal a análise da relação das visitantes com o presídio e como tais relações são reflexo da dinâmica do sistema carcerário. A partir das reflexões do lugar CDP por meio do ponto de vista das mulheres visitantes busca-se insumos para uma análise futura do sistema penitenciário no Brasil.

Palavras-chaves: Percepção, Prisão, Lugar, Mulheres, CDP-DF

ABSTRACT

The present paper includes the perception analysis' of the visiting women of the Provisional Detention Center of the Federal District as a geographic category place. For this purpose, the perception analysis was fulfilled after the prison system contextualization of Federal District in the context of the Prison's history since its inception to study's scale – CDP-DF –. Thus, the main aim is the relationship analysis between women visitors, the prison and how these relationships reflect the prison system dynamics. From the CDP place reflections through the women visitors point of view, we're searching for inputs to future analysis of the Brazil's penitentiary system.

Keywords: Perception, Prison, Place, Women, CDP-DF.

LISTA DE SIGLAS

CDP – Centro de Detenção Provisória

CIR – Centro de Internamento e Reeducação

CPP – Centro de Progressão Penitenciária

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DF – Distrito Federal

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPR – Institute for Criminal Policy Research

ICPS – International Centre for Prison Studies

LEP – Lei de Execução Penal

PDF – Penitenciária do Distrito Federal

PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal

SESIPE – Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Países com maior população prisional do mundo	18
Quadro 2 - Países com maior percentual de presos provisórios	19
Quadro 3 – Estabelecimentos Penitenciários do DF – 2016	21
Gráfico 1 – Número de Presos(as) por Grau de Instrução – 2014	24
Gráfico 2 – Quantidade de Presos(as) por Faixa Etária – 2014	25
Gráfico 3 – % dos Presos(as) por Cor da Pele/Raça/Etnia – 2014	26
Quadro 4 – Perfil e Cidade de Moradia das Visitantes do CDP-DF	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Complexo Penitenciário do DF – 2016	23
Figura 2 – Corredor interno de pavilhão do CDP-DF – 2016	27
Figura 3 – Fila de embarque de ônibus com destino à Papuda – 2013	30
Figura 4 – Portão de saída do CDP – 2016	34

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: UMA ANÁLISE DO LUGAR	6
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA DE PESQUISA	10
CAPÍTULO 3: DO SURGIMENTO DA PRISÃO AO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DO DF ..	13
3.1 O SURGIMENTO DA PRISÃO.....	13
3.2 O CÁRCERE NO BRASIL	17
3.3 MASSA CARCERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	21
3.4 CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DO DF	27
CAPÍTULO 4: AS VISITANTES E O LUGAR CDP-DF	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	44

Introdução

A temática do cárcere é tratada e revisitada com frequência por áreas do conhecimento como direito, psicologia e serviço social. No entanto, com trabalhos no âmbito da Geografia da Percepção, o estudo do cárcere apresenta um olhar direcionado ao espaço vivido, do lugar que se refere a um “mundo ordenado e com significado” (TUAN, 1963, p. 65). Dessa forma, busca-se atribuir importância aos fenômenos socialmente produzidos na escala do lugar “presídio” do ponto de vista da percepção do espaço vivido.

No presente trabalho a percepção estudada é a das mulheres – esposas e companheiras, que vivenciam o ambiente carcerário masculino nos dias de visitação. Ao revisar estudos sobre a temática da presença feminina no ambiente carcerário masculino consegue-se identificá-la com função indispensável para o funcionamento mais harmônico do presídio. A função da mulher como visitante foi evoluindo em “uma série de papéis sociais para a mulher na sociedade prisional”. (BORTOLOTTO *apud* BASSANI, 2010, p. 262)

Assim, além das mulheres visitantes atuarem como fornecedoras de suprimentos para a subsistência na prisão como alimentos, roupas e dinheiro, seriam peças importantes para os presos no que tange a libertação – busca de agentes de defesa, visita a institutos de julgamento, execução penal. As mulheres possuem também duas outras funções menos tangíveis, mas não menos importantes, como transmissoras de afeto e elo com o mundo fora do cárcere o que auxilia na manutenção de certa harmonia e de maior civilidade do ambiente carcerário, tornando-as assim, necessárias tanto para os detentos quanto para a própria instituição.

Tais mulheres quando aceitam a condição de visitantes de apenados em casas de detenção se submetem de certa forma aos rótulos e condições destinados aos encarcerados. No entanto, a despeito da estigmatização como “mulher de bandido”, em sua maioria permanecem na rotina de visitação. Muitas justificam a persistência nessa rotina a laços afetivos, muitas vezes citados em outros trabalhos como forma de demonstrar o amor que seria capaz de transpor os muros da prisão. Melo, Alves e Cavalcante (2015, p. 115), por exemplo, escrevem: “[...] debaixo de sol e chuva, o amor parecia materializar-se em sacolas coloridas e ganhar os nomes de cuidado, alegria, dedicação, esforço, superação, sexo, paixão”. Tal passagem é capaz de ressignificar a experiência vivida por muitas visitantes em algo nobre e romântico, porém a experiência com o lugar “presídio” guarda diversas realidades associadas tanto ao imaginário social quanto à idiossincrasia do indivíduo.

Ante o exposto e levando em consideração a importância, em números, das mulheres visitantes no sistema penitenciário masculino, justifica-se a relevância e a necessidade de uma pesquisa sobre este tema em Geografia.

Assim, diante da realidade feminina no ambiente prisional em seus dias de visita e acerca da percepção das mulheres visitantes sobre o lugar “presídio”, no presente trabalho têm-se duas questões gerais ditando os rumos do estudo até que se chegue aos dois questionamentos-chave do trabalho que é um estudo de caso do Centro de Detenção Provisória do Distrito Federal (CDP-DF).

Questões gerais do trabalho:

- 1 - Como se caracteriza a percepção das mulheres – esposas, namoradas, companheiras, que visitam os internados em presídios?
- 2 - Como se traduz a relação dessas mulheres com o lugar “presídio”?

Questões específicas do estudo de caso:

- 1 - Como se caracteriza a percepção das mulheres – esposas, companheiras com união estável, que visitam os internados no Centro de Detenção Provisória do Distrito Federal (CDP-DF)?
- 2 - Como se traduz a relação das mulheres visitantes do CDP-DF com o lugar “presídio”?

Dessa forma, foram buscados como insumos principais para a realização do trabalho as experiências vividas e memórias das mulheres visitantes do CDP-DF – centro de detenção localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, pois, segundo de Paula e Marandola Jr (2009, p. 7) “a memória e a experiência abarcam todos os elementos referentes à identidade e à percepção ambiental do lugar, implicando maneiras singulares de enfrentamento ao perigo”.

Assim, intentou-se um entendimento maior sobre os mecanismos utilizados por tais visitantes para lidar com a vulnerabilidade do lugar CDP-DF, que consiste na probabilidade de vivenciar rebeliões e outros tipos de violência. É importante ressaltar que ao falarmos em vulnerabilidade, temos de “pensar no conjunto das condições que envolvem a capacidade de resposta de pessoas/lugares a determinados perigos” (HOGAN e MARANDOLA JR *apud* DE PAULA e MARANDOLA JR, 2009, p. 2). A capacidade de resposta tem relação com a

qualidade e quantidade de recursos das visitantes – sociais, ambientais, culturais e econômicos, assim como suas memórias e experiências servem para maior coesão do grupo, para um fortalecimento em frente ao perigo vivenciado nos dias de visitação. (DE PAULA e MARANDOLA JR, 2009)

Dessa maneira, as percepções e rela es das visitantes com o lugar presídio foram analisadas visando atingir os objetivos traçados abaixo, tanto geral quanto específicos.

Objetivo geral:

- Estudar a percepção das mulheres – esposas e companheiras visitantes com a institui o prisão e a rela o por elas tecida com o presídio nos dias de visita o, visando ressaltar a rela o existente entre as visitantes e o lugar presídio.

Objetivos específicos:

- Estudar a percepção do CDP-DF, do ponto de vista das mulheres visitantes;
- Compreender a rela o das mulheres visitantes com o lugar CDP-DF;
- Identificar as características definidoras das visitantes do CDP-DF.

Para o trabalho, buscou-se então a rela o das mulheres visitantes com o lugar “presídio”, com enfoque nas características da percepção das mulheres que visitam os prisioneiros do CDP-DF. Logo, essa análise contribuíra um estudo do sistema penitenciário do DF, pois:

O lugar, em seu sentido fenomenológico, não tem significado estritamente ‘locacional’, mas extrapola esta concep o e incorpora os significados e subjetividades oriundos da experiência e da vivência do indivíduo e do grupo, em seus envolvimento mais substanciais com o espaço. (HOLZER *apud* DE PAULA e MARANDOLA JR, 2009, p. 5)

A partir dos objetivos acima discriminados, construíram-se hipóteses que dirigiram o olhar da pesquisa. As hipóteses são:

Hipótese geral:

O presídio e a percepção das mulheres que o visitam são capazes de servir como medida, demonstrando o quanto o Estado na gestão do sistema prisional, assim como os

agentes penitenciários e as políticas ali praticadas estão de acordo, ou não, com o que é proposto para este sistema

Hipóteses específicas:

- A análise da percepção das mulheres visitantes do Centro de Detenção Provisória do DF ajuda a entender as relações sociais que são tecidas entre a massa carcerária, a sociedade e os que vivenciam esse ambiente nos dias de visita;
- O aprofundamento da realidade do cárcere, do ponto de vista das mulheres aqui estudadas, pode desvelar o tratamento que elas recebem ao vivenciar o espaço prisional.

Para atingir o objetivo de forma estruturada e organizada foram analisados os questionários em que constaram os dados das visitantes e as entrevistas nas quais se tentou captar a percepção delas sobre o CDP-DF e analisar suas visões do CDP. Assim, por meio da pesquisa semiestruturada aplicada às mulheres visitantes buscou-se um maior entendimento das questões relacionadas às hipóteses suscitadas inicialmente. E em seu desenvolvimento o trabalho foi dividido em quatro partes ou capítulos.

O primeiro capítulo traz uma teorização sobre a ciência geográfica e seus estudos referentes à percepção e a categoria geográfica do lugar. Foi desenvolvido no campo da Geografia Humanística que auxiliou na análise da percepção e, conseqüentemente, na percepção das mulheres visitantes do CDP-DF. Foi estudada a relação do indivíduo com o lugar presídio, por meio de uma abordagem geográfica. Logo, visitar autores, tais como: Milton Santos e seus estudos sobre o “espaço”; Raffestin e sua contribuição acerca do “território”; Tuan e o “lugar”, “topofilia e “topofobia”; a percepção nas obras de Holzer, Marandola Jr e Relph foi essencial para o desenvolvimento e fundamentação teórica da pesquisa de maneira a ter uma conexão segura entre o início, o meio e o fim da monografia

O segundo capítulo aborda a metodologia mais adequada para os estudos sobre a percepção das mulheres visitantes do “lugar presídio”. A abordagem fenomenológica foi escolhida como forma mais adequada e, em seguida, os métodos utilizados para uma pesquisa qualitativa são explicitados, demonstrando como a presente pesquisa foi construída.

O terceiro capítulo aborda a história e significados da prisão para as sociedades, antiga, moderna e contemporânea e também, o desenvolvimento da prisão no Brasil trazendo um aporte necessário para vincular a pesquisa a seus objetivos geral e específicos, já que se trata da relação geográfica existente no ambiente do cárcere.

Nos estudos sobre o surgimento da prisão, verificou-se que antes de ser vista como

forma principal de punição e/ou ressocialização de indivíduos que cometeram crimes, era um, e não o mais importante, de três métodos utilizados como ferramentas para punir/conter criminosos na sociedade. Pois:

No passado [...]. Se as pessoas a margem da sociedade cometessem um crime, podiam ser rápida e duramente castigadas. Vimos como antes dos tempos modernos o uso da força podia ser brutal. Porém a maioria das sociedades tinha ainda outros dois métodos para impor a ordem ou evitar o perigo do caos interno: exílio e reclusão. Com o exílio o perigo é expulso do corpo social; com a reclusão é isolado em um lugar, e assim tornavam-no inócuo. (TUAN, 2005, p.298)

Essa abordagem teórica sobre o surgimento da prisão foi importante para se conseguir visualizar as razões para a forma como os presos e seus entes queridos são tratados pelo braço do Estado representado pela instituição prisional e seus empregados – parte da instituição. Viu-se que no decorrer da história, a função e significado da prisão, enquanto Instituição Total, se alterou e por meio dos estudos de Foucault que se conseguiu abordar melhor sua natureza e finalidade.

Após a análise da prisão em seu sentido mais amplo, fez-se o recorte para a prisão no Brasil, suas características e números e em seguida o recorte local, no qual foi traçado o perfil da massa carcerária do Distrito Federal, em especial a do Centro de Detenção Provisória. Posteriormente, foram identificadas as características das visitantes do CDP.

O quarto capítulo deu ênfase à percepção que as visitantes do CDP têm do presídio. Para viabilizar o conteúdo deste capítulo, inicialmente, as mulheres que visitam o Centro de Detenção Provisória foram descritas em seu perfil geral para que em seguida se trabalhasse aspectos da percepção e da relação com o lugar estudado.

Capítulo 1: Uma Análise do Lugar

A Geografia, ao trabalhar suas categorias, buscando as interações do indivíduo com o espaço, em uma abordagem mais humanizadora, originou segundo Almeida e Sartori (2008), nos campos da Geografia Cultural de Sauer, a inicialmente denominada Geografia da Percepção e do Comportamento e atualmente conhecida Geografia Humanista, que:

[...] ganhou força a partir da década de 1960, quando vários geógrafos, assim como pesquisadores de áreas afins adotaram a percepção geográfica como fonte de análise e estudo. Neste sentido, Stefanello; Silveira (2005) ressaltam que inicialmente a Escola Clássica Francesa considerou mais a percepção do que a Escola Alemã e a Norte-americana, fato explicado pelo caráter behaviorista que predominava nestes dois últimos países. Na França, de acordo com estes mesmos autores os principais precursores dos estudos de percepção em geografia foram: DEFFONTAINES (1968), GALLAIS (1967), ROCHEFORT (1961), DARDEL (1950), FRÉMONT (1968) e COLLOT (1950). (ALMEIDA e SARTORI, 2008, p. 109)

Em uma análise em que o estudo da percepção é o enfoque principal, o subjetivismo da experiência do indivíduo com o ambiente leva a pesquisa geográfica à escola humanística da Geografia. De maneira que o ambiente “[...] é entendido de forma ampla, incluindo o ‘mundo de significados’ onde a pessoa está inserida desde as esferas mais imediatas (família, grupo, bairro, cidade) até as mais distantes (país, etnia, mundo) [...]”. (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2009, p. 163)

Na Geografia Humanística, trabalha-se o lugar (microescala do espaço) de modo que se possa saber como são sentidas e percebidas suas particularidades pelo homem. A experiência do indivíduo com o ambiente é o foco, de maneira que se torna uma experiência subjetiva em relação ao ambiente físico e o indivíduo. Assim, “[...], entender como agimos nos caminhos de nossa casa para os lugares de serviço, de lazer ou de estudo, aproxima a teoria (e o pensar) à prática (planejamento e políticas públicas)” (DE PAULA e MARANDOLA JR, 2009, p. 3). De maneira que o ambiente, como categoria geográfica, entra em destaque no estudo em Geografia.

A percepção humana se torna sensível às relações geográficas que se refazem constantemente, enquanto relações de poder, contribuindo para a construção do conceito de território, que:

[...] é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território,

composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando a implantação de novos recortes e ligações. (RAFFESTIN *apud* RAMBO e RÜCKERT, 2008, p. 2)

As relações do cotidiano, do vivido que dão ao espaço a concepção de lugar assumem uma abordagem fenomenológica que abarca as questões sobre a idiossincrasia do ser no que diz respeito às percepções individuais do homem. Sobre a aceção de lugar, como diria Tuan (1983, p. 151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”, deixando de ser abstrato e tornando-se dotado de valor.

A partir do conceito de lugar, termos como “topofilia” e “topofobia” entram em questão. As relações de pertencimento e não pertencimento se entrelaçam e sentimentos pela categoria geográfica “lugar” são moldados de acordo com a vivência, até porque “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar”. (TUAN, 1983, p. 158)

Os signos que envolvem o espaço vivido ajudam a definir os tipos de relações que nele se fazem, as significâncias e significados dependem de como esse espaço é percebido pelos indivíduos. E é devido a valorização das percepções individuais que vemos a diferença da Geografia da Percepção com outros campos de estudo em Geografia, pois se dá ênfase não apenas aos aspectos externos ao homem, mas a interação entre o que é externo e interno a ele, pensando neste como ser único e diferenciado. Porém, não podemos descartar o fato de que todos os seres humanos devido aos seus órgãos e sentidos similares possuem a condição física de partilhar de percepções semelhantes, por que:

Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas. [...] Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. A unicidade da perspectiva humana tornar-se-á evidente quando pararmos para indagar como a realidade humana deve diferir da dos outros animais. Ao contrário do que pareceria, uma pessoa não pode imaginariamente entrar na vida do seu cão: os órgãos dos sentidos caninos divergem muito dos nossos e isso impede que possamos nos transportar para o mundo dos cheiros, sons e visões dos cães. Mas com boa vontade uma pessoa poderá entrar no mundo de outra, apesar das diferenças de idade, temperamento e cultura. (TUAN, 1980, p. 7)

Desse modo, mostrou-se essencial um aprofundamento sobre o que é percepção geográfica. Assim, foi nos anos 60 que a percepção em Geografia como abordagem teórico-metodológica se tornou mais presente devido a maior adesão a essa linha de análise e estudo por parte de vários geógrafos e de áreas afins. Porém, em 1974, segundo Holzer (2001, p.

107) “é no artigo *Space and Place: Humanistic Perspective*, de Tuan que ocorre uma verdadeira guinada nas pesquisas geográficas desta natureza”, já que anteriormente os estudos desta área estavam voltados principalmente ao exame das percepções individuais, mais ligada à psicologia e a teoria do aprendizado de Piaget. Com o trabalho de Tuan, conceitos e categorias na área da Geografia Humanística foram definidos ou redefinidos de acordo com o ponto de vista de tais estudos sobre a percepção geográfica.

Na linha de pensamento de Tuan (1983) sobre percepção, a efemeridade é característica da categoria, pois depende de fatores individuais em função do momento, ou seja, o quadro psicológico, experiencial e cultural de cada um em relação ao elemento tempo, interfere na percepção que se tem do ambiente físico e da interação com o lugar.

E, segundo Castro (1995) é por meio da escala geográfica, um recurso analítico da escala dos fenômenos, que se estabelece um viés aproximativo do problema de pesquisa de forma a se tornar um artifício necessário que dá visibilidade ao real, tornando-o sensível aos olhos dos estudiosos, por meio da fragmentação do espaço geográfico. Desse modo, a ciência geográfica tem como objeto de estudo o espaço, porém o espaço construído e transformado pelo homem, ou a segunda natureza para Milton Santos (1988). Nessa segunda natureza se encaixa o espaço vivido, aquele da microescala do lugar.

Enquanto categoria, o lugar está presente em diversas maneiras nas abordagens da Geografia, tanto como aspectos localizacionais, classificatórios ou determinando a presença de fenômenos. Kozel (2001, p. 154), define lugar como “a dimensão mais concreta do espaço da qual ninguém pode desligar-se, por ser o espaço das relações imediatas, proveniente de uma multiplicidade de tempo e relações referentes a um domínio territorial específico”.

À abordagem dessa categoria é incorporada, a partir da década de 1970, uma concepção diferenciada com valores mais subjetivistas referentes aos signos e significados que atribuem valor, sentido e sentimentos e não se relacionam à perspectiva dos fatos e sim à percepção dos seres humanos. Para Tuan (1983, p. 6) “se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, então lugar é a pausa”, o concreto, o espaço vivenciado e sentido. No entanto, paradoxalmente, este conceito não é palpável, e seu valor se define a partir dos sentimentos do homem como indivíduo, sendo um recorte afetivo que emerge da experiência.

Para os humanistas o lugar é o lar, podendo ser qualquer ponto de referência ao homem, como o bairro, a cidade natal, já “para a criança pequena, os pais são seu ‘lugar’ primeiro”, Tuan (1983, p. 153). Enfim, qualquer ponto que o indivíduo possua como referência, ponto ligado à identidade, a essência relacionada à experiência de cada um. As experiências do homem podem ser felizes ou tristes. E de acordo com o sentimento

propiciado pela vivência, termos como Topofilia e Topofobia surgem em voga, uma vez que cada tipo de experiência se traduz em múltiplas maneiras de pensar e sentir o lugar, tanto como sentimentos de apego, quanto sentimentos de repulsa.

O termo Topofilia criado por Bachelard em 1969 e ampliado por Yi-Fu Tuan uma década mais tarde, inclui as experiências das paisagens e dos lugares, podendo ser descrito como “qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes e costumes nos capacite as experiências locais como dando-nos prazer” (RELPH, 1979, p.19). De maneira mais geral, Tuan (1980, p.106), descreve Topofilia como sendo a “compreensão de todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. Dessa forma, este conceito é visto como a relação entre o indivíduo e o espaço, ponderando seu sentimento e afeição com o lugar, ou seja, seu amor em relação a ele.

Como antônimo à Topofilia, Tuan (1980) cria outro termo, a Topofobia, assim introduzindo a ideia de “paisagens do medo” (TUAN, 2005). A partir da ideia de paisagens do medo, surge o interesse em estudar o lugar “presídio” e a percepção que o mesmo suscita nas mulheres que o vivenciam, principalmente em seus dias de visita.

Para apresentação de tal pesquisa são necessários esclarecimentos quanto a metodologia escolhida e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento e conclusão do trabalho que serão feitos nos capítulos a seguir.

Capítulo 2: Metodologia de Pesquisa

O trabalho é apresentado segundo a metodologia de investigação fenomenológica, por meio de estudo em Geografia Humanística, utilizando-se uma abordagem mais ligada ao indivíduo e sua experiência. Trabalha-se a categoria geográfica de lugar em sua acepção relacionada às vivências e relações emotivas ligadas à memória. Segundo De Paula e Marandola Jr. (2009, p. 1) “a memória é responsável por armazenar e distribuir coletivamente os saberes sobre os perigos, sendo através dela que as experiências se expressam”. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual a principal característica foi a não generalização da percepção levando em conta a idiosincrasia do indivíduo.

No estudo de caso foi analisado o CDP-DF e perpassou-se pelo que seria “[...] território usado[...] o chão mais a identidade... o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 13-14), o que evidenciou as relações entre o lugar e as pessoas que realizam o ato de viver, traduzido em novos elos emocionais criados no lugar. Mostrou-se importante, portanto, entrevistar algumas mulheres visitantes do CDP, já que elas possuem um conhecimento originário do dia-a-dia, de caráter subjetivista que se concretiza na vivência, no saber do que foi vivido.

Para viabilização da pesquisa no campo da Geografia Humanística foi utilizada uma bibliografia relacionada aos estudos do lugar, percepção, experiência e também de estudos relacionados à prisão e ao encarceramento, de um ponto de vista temporal e detendo-se ao Brasil e depois em Brasília, mais especificamente no Centro de Detenção Provisória do DF.

Na revisão bibliográfica foram realizados fichamentos das obras pertinentes ao trabalho, assim como pesquisa de dados referente ao sistema carcerário brasileiro por meio de consultas ao sítio da Justiça Federal, assim como da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal - SESIPE-DF, para os dados referentes ao sistema penitenciário do DF.

Para a coleta de dados acerca do perfil da massa carcerária e sobre dados dos dias de visitação, mas em contato com a SESIPE, foi informado que todos os dados necessários estão disponibilizados em sítio próprio, na internet. Para levantar tais dados A princípio seriam feitas entrevistas ao quadro de funcionários do CDP, mas como observou-se que nas consultas aos portais institucionais, as informações obtidas foram ricas, foi descartada a necessidade de realizar estas entrevistas.

No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Anexo 1) com 15 mulheres visitantes do CDP, além de observações *in loco*. As entrevistas ocorreram nos dias 4 e 11 de maio de 2016, assim como as observações também foram realizadas nesses dias.

O início do trabalho de campo se deu na Rodoviária do Plano Piloto por volta das 6h30 da manhã na fila de espera do ônibus coletivo nº 111 – transporte que faz percurso Rodoviária Plano Piloto até a “Papuda”. As visitantes foram observadas desde a entrada no ônibus que as conduziu ao Complexo Penitenciário, no desembarque que ocorreu em frente a primeira guarita de segurança do Complexo e durante todo o processo de entrada para a visita ao CDP. As filas para recebimento de senha, a chamada para as revistas até o momento em que a entrada se encerrou ao meio dia, tanto no dia 4/05 quanto no dia 11/05.

Nesse período da pesquisa de campo além do registro nos formulários destinados às entrevistas semiestruturadas das visitantes, foram gravados áudios com as falas das mesmas para posterior transcrição. As fotografias foram evitadas a fim de deixar as entrevistadas mais confortáveis com a situação.

As entrevistas realizadas com as visitantes foram divididas em:

- 1º Bloco – dados gerais sobre as visitantes;
- 2º Bloco – dados específicos sobre as visitantes.
- 3º Bloco – percepção
- 4º Bloco – interações

No bloco 1 da entrevista, foram feitas perguntas sobre o perfil das entrevistadas, como local de moradia, idade, grau de parentesco com o detento, se está gestante e se leva crianças para visita ao CDP. Esse bloco de questões serviu para traçar o perfil social das mulheres que passam pelo CDP nos dias de visita.

No bloco 2, pretendeu-se extrair informações das visitantes que se refiram aos dias de visita e como essa visita é experimentada por elas. Buscou-se ainda os aspectos da percepção que as visitantes possuem do ambiente carcerário tal qual elas o conhecem.

Após esse procedimento, foram analisadas as categorias trabalhadas no referencial teórico. Assim, verificaram-se as relações existentes entre a realidade das mulheres que visitam o presídio, e também suas relações com o espaço vivido por elas, e como o lugar CDP é inserido e encarado neste espaço, tendo em vista que a percepção do lugar presídio está

interligada com as percepções que as mulheres possuem fora do ambiente carcerário. E por fim, como tais relações interagem com o cotidiano da cadeia.

A análise ocorreu por meio de observações e reflexões feitas a partir das entrevistas, trabalhando primordialmente os aspectos qualitativos em seus detalhes, iluminando as experiências do ambiente e as características objetivas e subjetivas do discurso relativo à percepção quanto ao lugar CDP.

Assim, é importante o desenvolvimento do capítulo a seguir que possui como temática e título “Do Surgimento da Prisão ao Centro de Detenção Provisória do DF”.

Capítulo 3: Do Surgimento da Prisão ao Centro de Detenção Provisória do DF

3.1 O Surgimento da Prisão

A pena existe desde o Código de Hamurábi que buscava proteger os fracos dos fortes e disseminar a justiça. É o código jurídico mais remoto já descoberto, segundo o qual os conflitos se resolviam a base do “olho por olho, dente por dente”, na chamada lei do talião¹. A lei do talião tinha caráter vingativo, em que o criminoso sofreria de maneira proporcional ao mal que causou. Por exemplo, se matasse o filho de outrem teria o seu filho ferido de morte igualmente. Porém, conforme Bentham:

O grande mérito desta lei está na sua simplicidade: em uma só regra apanhou e recolheu em si todo o Código Penal: o réu sofrerá o mal que tem feito sofrer. Semelhante plano, apesar de ser imenso, entra na cabeça mais pequena, fica entalhado na memória, ajuda que seja muito fraca e sua analogia é tão perfeita que a ideia do crime desperta imediatamente a ideia da pena: quanto o delito parece mais apetitoso, tanto o medo, que resulta da pena, deve ser maior: é uma sentinela, que está de guarda para não deixar cair o miserável. (2002, p. 49)

O objetivo do Código do fundador do 1º Império Babilônico era o estabelecimento de regras de vida e propriedade de forma a normatizar as condutas através de leis que tratavam sobre situações específicas. Tais medidas tinham relação com a cultura babilônica e buscavam unicamente a inibição das condutas sujeitas a penalização. Assim, o conjunto de 281 preceitos existentes no Código de Hamurábi tiveram um efeito civilizador na Babilônia (DIREITOS HUMANOS DA USP, 2016).

Sobre a privação de liberdade é importante ressaltar que a mesma no decorrer da história nem sempre possuiu a mesma finalidade. Em alguns períodos históricos e civilizações – Antiguidade, Idade Média, não consideravam o aprisionamento como método de castigo, ou seja, não era a penalização de fato e muitas vezes era repudiada como tal. O encarceramento como meio utilizado para se chegar a real punição, representava o período anterior ao julgamento ou execução. Pois, de acordo com Bitencourt, no Ocidente:

¹ O sistema de penas também é conhecido como lei de talião.

Até fins do século XVIII a prisão serviu somente aos objetivos de contenção e guarda de réus, para preservá-los fisicamente até o momento de serem julgados ou executados. Recorria-se, durante esse longo período histórico, fundamentalmente, à pena de morte, às penas corporais (mutilações e açoites) e às infamantes. (2004, p. 4)

Ainda ao estudar o encarceramento como meio a se chegar a real punição, na Idade Média a forca, a fogueira, a roda e a amputação de membros estavam entre os métodos mais usados, já que nesse momento histórico a pena física representava a maioria das sanções contra os considerados delinquentes. Mas, para os que aguardavam julgamento ou punição, o sentimento não se igualava aos ideais de tais sociedades, pois o sofrimento era sentido de maneira que:

Um prisioneiro podia definhar numa cela escura e bolorenta por um ano ou mais. Ele não podia ter dúvidas de que estava sendo cruelmente castigado, mas a sociedade fingia interpretar de outro modo a sua situação. Essa diferença é importante porque, no momento em que a sociedade visse a prisão como um lugar de castigo, também a veria como um lugar de redenção. Conseqüentemente, brutalidade, idealismo e desesperança entrelaçavam-se e produziam as contraditórias imagens de prisões e asilos que ainda nos confundem. (TUAN, 2005, p. 301)

No passado os métodos de tratamento das pessoas que cometiam crimes eram cruéis e menos carregados de responsabilidades educativas e reintegradoras. As características eram apenas punitivas, servindo como exemplo para outros membros da sociedade se sentirem inibidos de praticar delitos ou mesmo crimes. Os castigos eram aplicados por meio da força bruta, exílio e reclusão.

O Estado se encarregava de controlar os padrões de conduta dos membros da sociedade através da imposição do medo, pois o medo foi uma das mais utilizadas armas de poder da História, já que conseguia subjugar o coletivo, inibindo comportamentos fora do previsto socialmente, bem como no que diz respeito ao surgimento e uso da prisão.

A prisão por sua vez, segundo Tuan (2005), se enquadra como uma “paisagem do medo” em sua relação com as demonstrações de poder fora da esfera individual. A fonte do medo pode ser concreta, no entanto, as paisagens são constructos mentais/sociais e entram no âmbito dos sentimentos. Diante do exposto, vê-se que o medo à prisão e tudo o que sua imagem significava substituía o castigo físico de certa forma, uma vez que “o medo de uma prisão certa em lugar da utilização incerta da força impediria o crime” (TUAN, 2005, p. 313).

No período moderno – no contexto do Iluminismo do século XVIII, os novos ideais burgueses europeus tinham em seu pensamento a ideia dos direitos naturais que:

[...] afirmaram o direito de qualquer pessoa, sem importar sua raça, religião ou cultura. Entre os direitos naturais, incluíram-se os direitos de todo ser humano à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança. A afirmação desses direitos culminou com a Declaração Universal dos Direitos do Homem durante a Revolução Francesa, em 1789. Por causa dessa luta que se travava no plano das ideias, algumas nações coloniais proibiram em suas colônias a instituição da tortura, da pena de morte por feitiçaria e do sacrifício humano, mantendo e respeitando os tribunais e outras instituições jurídicas de negociação existentes entre os povos tribais. (ZALUAR, 1996, p. 40)

A Declaração dos Direitos Humanos então foi decisiva para a afirmação de um método mais adequado para a reclusão. E a partir desse momento a Justiça passou a ser a instituição responsável pelo controle da solução de conflitos, erguendo-se como um “braço do Estado” os primeiros edifícios para reclusão de apenados com exclusivo objetivo de puni-los por meio da privação de liberdade. Porém:

Nos códigos de 1808 e de 1810, e nas medidas que os seguiram ou os precederam imediatamente, o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade. É, ou deve ser em todo caso, um mecanismo diferenciado e finalizado. Diferenciado, pois não deve ter a mesma forma, consoante se trate de um indiciado ou de um condenado, de um contraventor ou de um criminoso: cadeia, casa de correção, penitenciária devem em princípio corresponder mais ou menos a essas diferenças, e realizar um castigo não só graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos. (FOUCAULT, 2014, p. 225)

A execução penal, partiria do princípio de que os infratores deveriam estar separados de acordo com o crime cometido e a pena estabelecida. Se a penalidade infligida pela lei se relacionava ao pagamento do crime perante a sociedade, ela pretendia também a reabilitação do apenado. A prisão então, não seria somente prisão-castigo, mas também prisão-aparelho, como diria Foucault (2014), com função de regenerar os culpados segundo a Justiça.

Já na visão de Beccaria (2001), no século XVIII, a justiça era traduzida pelo direito de punir, que representava uma segurança geral da sociedade, sendo a aplicação da pena não uma vingança coletiva, mas uma fonte de justiça e de prevenção de outros crimes. O direito de punir tem de considerar a função da pena: reparar o mal cometido, e que seus efeitos devam causar uma impressão sobre os sentidos e o espírito, tanto do culpado, quanto da sociedade. Essa impressão geralmente é constituída de parcelas de liberdade que são empenhadas. Se o direito de punir se afastar desses princípios, então será abuso e não justiça.

Intrinsecamente ao nascimento da prisão, surgiu também a necessidade de a reformar. Segundo Michel Foucault:

[...] o movimento para reformar as prisões, para controlar seu funcionamento, não é um fenômeno tardio. Não parece sequer ter nascido de um atestado de fracasso devidamente lavrado. A 'reforma' da prisão é mais ou menos contemporânea da própria prisão. Ela é como que seu programa. A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento. De tal modo têm estado ligados à sua existência em todo o decorrer de sua história. (2014, p.226)

Na evolução do sistema prisional verificam-se, essencialmente, três teorias acerca das normas e conceitos da maneira de cobrar por um delito cometido. A primeira é a Teoria dos Absolutistas, oriunda da Escola Clássica, que recomendava a punição de acordo com o erro cometido. Para estes, o castigo era a finalidade, o valor a pagar pelo mal que fora cometido, sem que se levasse em conta a pessoa do infrator. A Teoria Relativa ou Utilitária, destarte, teve como pano de fundo a Escola Positiva que tinha na figura do homem o centro do Direito Penal, segundo a qual a pena se caracterizava por ter na prevenção o objetivo principal defendendo, também, a oportunidade de socialização do delinquente (FOUCAULT, 2014). Enquanto isso, para a Teoria Mista a prisão como pena carcerária teria dupla finalidade, a de natureza retributiva, pelo seu aspecto moral, garantindo a ela caráter preventivo e punitivo, segregando o infrator sentenciado; a segunda finalidade seria a de socializar o indivíduo apenado (FOUCAULT, 2014).

O ideal de prisão almejado pelas instituições penitenciárias contemporâneas é a Teoria Mista, desde que a finalidade da pena não seja transformada em letra morta pela legislação, como diria Foucault (2014). A respeito disso o utilitarismo se afirma como uma corrente humanista na medida em que procura minimizar os suplícios e maximizar os resultados dos suplícios do encarceramento.

Não obstante as teorias humanistas sobre a prisão, o sistema penitenciário brasileiro, mostra-se um modelo fracassado de reabilitação, no qual o que se vê é um reflexo enviesado da sociedade e suas mazelas. No sistema penitenciário brasileiro há sempre ótimas intenções justificando a falta de humanidade com que são tratados os apenados e seus entes queridos.

A partir do apontamento acima a respeito do sistema penal brasileiro, mostra-se necessário um maior detalhamento da história do encarceramento no país.

3.2 O Cárcere no Brasil

Inicialmente, no Brasil:

A prisão, símbolo do direito de punição do Estado, teve, quando de sua implantação [...], utilização variada: foi alojamento de escravos e ex-escravos, serviu como asilo para menores e crianças de rua, foi confundida com hospício ou casa para abrigar doentes mentais e, finalmente fortaleza para encerrar os inimigos políticos. Monumento máximo de construção da exclusão social, cercado por muros altíssimos ou isolados em ilhas e lugares inóspitos, escondia uma realidade desconhecida, e às vezes aceita pela população: os maus-tratos, a tortura, a promiscuidade e os vícios, uma representação nada agradável do universo carcerário. (PEDROSO, 2004, p. 1)

Como instituição regulamentada pelo Estado, a prisão é mencionada pela primeira vez no Livro V das Ordenações Filipinas do Reino, Código de Leis Portuguesas implantado no Brasil na época do Brasil Colônia. A colônia era relatada pelo Código como presídio de degredados (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870, *apud* PEDROSO, 2004). Esse período na história do cárcere em terras brasileiras se estende até 1808. Enquanto isso, a instalação do primeiro edifício prisional é citada na Carta Régia de 1769, a “Casa de Correção”, na cidade do Rio de Janeiro. (SILVA MATTOS, 1885)

Seguindo o contexto internacional dessa fase da história, a implantação de um sistema prisional se fazia necessária no Brasil. Logo, a nova modalidade penal se fez pela Constituição Imperial de 1824, que estipulou as prisões adaptadas ao trabalho e separação dos réus; pelo Código Criminal de 1830, que regularizou a pena de trabalho e da prisão simples, e pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, de importância fundamental, que deu às Assembleias Legislativas provinciais o direito sobre a construção de casas de prisão, trabalho, correção e seus respectivos regimes.

Segundo Machado (1993), é na constituição de 1824 que foi admitida pela primeira vez a custódia preventiva, nos declarados em lei, mediante ordem escrita do juiz. O Código de Processo Criminal do Império, de 1832, previu também a prisão sem culpa formada para os crimes inafiançáveis, por ordem escrita da autoridade legítima, até que o Código de Processo Penal de 03 de outubro de 1941, respaldado no Código de Processo Penal italiano de 1930, sistematizou a prisão preventiva no processo penal brasileiro. (MACHADO, 1993)

A regulamentação do sistema carcerário brasileiro é feita por artigos da legislação nacional que ponderam de sua natureza física e moral. Dispõe o artigo 1º da Lei nº 7.210/84 Lei de Execução Penal (LEP), que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições

de sentença ou decisão criminal e proporcionar condição para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Seguindo a história mundial do cárcere, a prisão no Brasil foi inicialmente utilizada como meio de assegurar que os acusados ficassem à espera de seu julgamento. Porém, atualmente o aprisionamento no Brasil pretende seguir os moldes da Teoria Mista de acordo com Foucault (2014), tornando a prisão uma ferramenta de dupla finalidade: o castigo do aprisionado bem como a reeducação e reintegração social dos apenados.

Para melhor visualização do quadro atual do sistema penitenciário brasileiro, utilizaram-se subsídios levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), disponibilizados em relatório, com dados de dezembro de 2014, chamado Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), disponíveis no sítio da Justiça Federal.

As informações consolidadas com todo o quadro penitenciário nacional mais recente são datadas do último semestre de 2014 e trata-se de um relatório descritivo e analítico produzido através do Termo de parceria nº 817052/2015, firmado entre o DEPEN, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Neste relatório destaca-se a tendência de aumento das taxas de encarceramento no Brasil.

Quadro 1 - Países com maior população prisional do mundo

Posição	País	População Prisional	Ano de Referência
1	Estados Unidos da América	2.217.000	2013
2	China	1.657.812	2014
3	Rússia	644.237	2015
4	Brasil	622.202	2014
5	Índia	418.536	2014
6	Tailândia	314.858	2015
7	México	255.138	2015
8	Irã	225.624	2014
9	Turquia	176.268	2015
10	Indonésia	173.713	2015

Fonte: Infopen, 2015, dados do ICPR.

Em número, sabe-se que o país já ultrapassou a marca de 662 mil pessoas em privação de liberdade, com uma taxa de mais de 300 presos por 100 mil habitantes, que é maior que a taxa mundial de 114 presos por 100 mil habitantes. O DEPEN buscou os dados originais pelo

sítio do *International Centre for Prison Studies* (ICPS). O relatório também demonstra que enquanto o Brasil figura em quarto lugar no ranking de países com maior número absoluto de presos, e cada vez mais incrementa seu número de aprisionados, os países com posição anterior (Estados Unidos, China e Rússia), apresentam diminuição em suas taxas de encarceramento.

Em que pese as taxas crescentes de encarceramento no Brasil, não se verifica resultado positivo quanto a redução de criminalidade e haja vista que a o perfil da massa carcerária brasileira se apresenta em sua maioria constituída por jovens (55,07% da população privada de liberdade tem até 29 anos), negros (61,67% da população presa), e com baixo grau de escolaridade (apenas 9,5% concluíram o ensino médio, enquanto a média nacional gira em torno de 32%), mostrando recorrência no perfil dos encarcerados, o que pode suscitar um debate sobre uma possível discriminação relacionada ao perfil do aprisionados no sistema penitenciário brasileiro.

Ainda em relatório são apontados quatro eixos a se melhorar no sistema penitenciário nacional:

- Vagas nos presídios do país;
- Gestão penitenciária.
- Políticas de reintegração;
- Gestão de informação e aparelhamento tecnológico.

Quadro 2 - Países com maior percentual de presos provisórios

Posição	País	% de presos provisórios	Ano de referência
1	Líbia	90	2014
2	Bolívia	85,9	2015
3	Libéria	83	2014
4	Mônaco	82,8	2015
5	República Democrática do Congo	82	2013
6	Paraguai	75,1	2014
7	Benim	74,9	2012
8	Bangladesh	73,8	2015
9	Haiti	70,9	2015
72	Brasil	40,1	2014

Fonte: Infopen, 2015, dados do ICPR.

É importante ressaltar que segundo o Código Penal Brasileiro, o encarceramento se dá para cumprimento das penas restritivas de liberdade que podem ser cumpridas em regime fechado, semiaberto ou aberto. Os condenados considerados portadores de doença mental devem ser recolhidos a um hospital de custódia para receber tratamento psiquiátrico (INFOPEN). No Decreto-Lei que regulamenta o encarceramento:

Art. 33 DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.Código Penal. [...] § 1º - Considera-se: a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar; c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

Porém, quase 40% do total de presos no Brasil são presos provisórios, ou seja, presos antes de serem julgados e em grande parte com evidências de que poderiam responder em liberdade, o que leva a um aumento da população carcerária e sobrecarrega o sistema penitenciário nacional.

Ou seja, a questão penitenciária no Brasil e as políticas relativas a esta problemática precisam de muito debate e investimento para alcançar o proposto pela Teoria Mista de Foucault (2014). Em seu utilitarismo, a Teoria Mista visa dois objetivos concomitantemente: o mínimo de suplício necessário para a reintegração do apenado à sociedade sob condições harmônicas, conforme Lei de Execuções Penais, em seu artigo 1º. (Manual para Servidores Penitenciários presente no sítio do ICPS).

Percebe no estabelecimento da pena de prisão no Brasil a falta de medidas de recuperação, considerando-se a privação de liberdade como castigo suficiente, como se esta conseguisse conter, por si só, o comportamento criminal (FANDINO MARINO, 2002). A realidade das prisões brasileiras, diferentemente dos ideais almejados para este sistema, serve primordialmente para afastar os infratores do convívio social por um período determinado de tempo.

O processo de ressocialização que o detento deveria passar, na verdade, é substituído por um processo denominado por Clemmer (*apud* THOMPSON, 1980) de prisonização. A prisonização se relaciona com a habilidade que deve ser desenvolvida pelo detento recém-inserido ao sistema prisional, no qual o detido tem de buscar uma adaptação rápida à sua nova realidade. Em busca pela sobrevivência no sistema, o prisioneiro aceita as regras do local, tanto regras oficiais, quanto as regras impostas pelos outros detentos como códigos de

conduta. Portanto, em vez de se preparar para a vida em sociedade, cada vez mais se familiariza com a vida dentro do cárcere, sendo socializado para viver na prisão, pois este processo define-se por “assumir [...] os modos de vida, tradições, costumes, em suma, a cultura penitenciária”. (CLEMMER, *apud* MEDEIROS, COELHO, GERSÃO e MOREIRA, 1991, p. 164)

E é neste contexto que será tratado, em seguida, o perfil do cárcere no Distrito Federal e os dados acerca da população carcerária masculina no DF.

3.3 Massa carcerária do Distrito Federal

No Distrito Federal a massa carcerária está distribuída em 6 estabelecimentos penais subordinados a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal – SESIPE-DF, dos quais 5 são destinados a população carcerária masculina e 1 para a população carcerária feminina. Destes, um estabelecimento para recolhimento de presos provisórios, dois são destinados para o cumprimento da pena em regime fechado, dois para cumprimento de regime semiaberto e um a diversos regimes. Segue quadro com a constituição do sistema penitenciário do DF:

Quadro 3 – Estabelecimentos Penitenciários do DF – 2016

Estabelecimento Penal	Regime	Masculino	Feminino
Centro de Detenção Provisória do DF – CDP/DF	Prisão provisória	SIM	NÃO
Penitenciária do Distrito Federal - PDF	Fechado	SIM	NÃO
Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II	Fechado	SIM	NÃO
Centro de Integração e Reeducação - CIR	Semiaberto	SIM	NÃO
Centro de Progressão Penitenciária - CPP	Semiaberto	SIM	NÃO
Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF	Diversos	NÃO	SIM

Fonte: Elaboração própria, com dados da SESIPE – DF, 2016.

As atribuições das unidades prisionais dispostas acima são:

I – Custodiar internos, em cumprimento de penas restritivas de liberdade, provisórias e submetidos às medidas de segurança, velando pela correta e efetiva

aplicação das disposições de sentença ou decisão criminal, de acordo com o que estabelece a legislação vigente e os tratados internacionais pertinentes

II – Dirigir, coordenar e controlar a execução das competências dos setores que lhe são subordinados;

III – Manter canal de comunicação com órgãos e entidades ligados à execução penal e, em especial, com a Vara de Execuções Criminais;

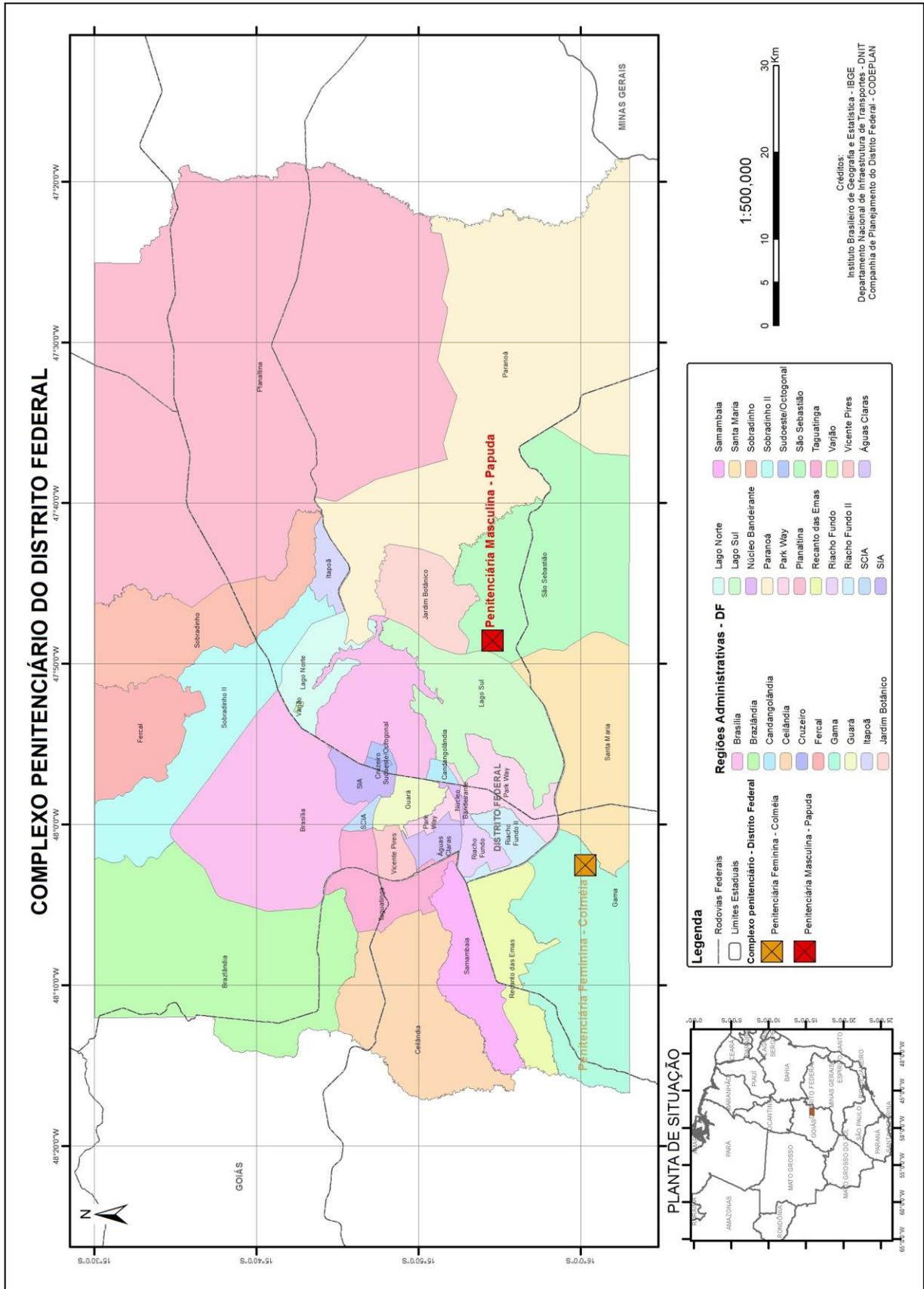
IV – Confeccionar a documentação pertinente e providenciar a apresentação de internos às autoridades competentes;

V – Propor normas sobre direitos e deveres dos internos, segurança das instalações, práticas educativas e profissionalizantes, a serem submetidas à avaliação da Subsecretaria;

VI – Exercer outras atividades que lhe forem cometidas. (SESIPE-DF, 2016)

Os estabelecimentos CDP-DF, PDF/PDF II - conhecidos como Cascavel, e CIR - conhecido como Papuda, fazem parte do Complexo Penitenciário “Papuda” por estarem localizados na Fazenda Papuda; o PFDF – conhecido como Colmeia, fica na Granja Luis Fernando, no Gama (Figura 1), já o CPP está localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

Figura 1 – Mapa do Complexo Penitenciário do DF – 2016

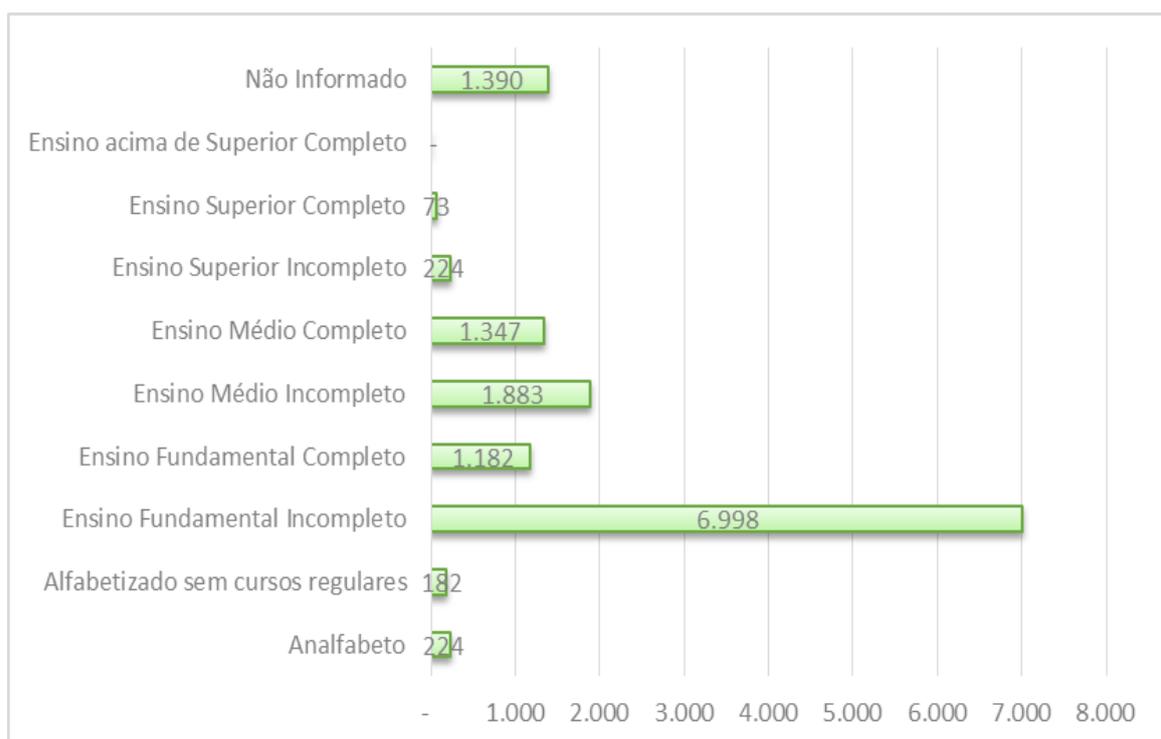


Fonte: Meline Cabral Machado, 2016.

Os seis estabelecimentos estão sob gestão pública. De todos os estabelecimentos apenas um possui local específico para a visitação social; existem consultórios médicos nos seis estabelecimentos e consultórios odontológicos em cinco dos estabelecimentos.

A população carcerária do DF (homens e mulheres estava em 13.503, dados relacionados com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2014 e é demonstrada a partir dos gráficos a seguir:

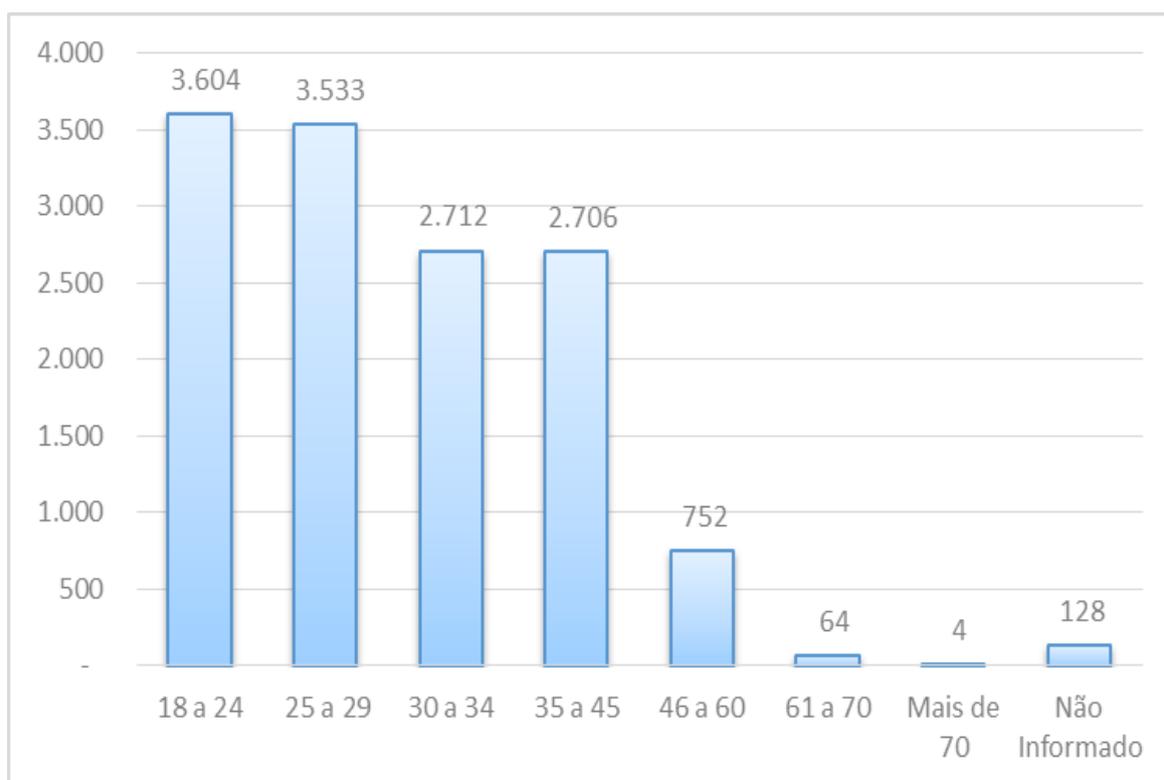
Gráfico 1 – Número de Presos(as) por Grau de Instrução – 2014



Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE, 2014.

No gráfico 1 distinguiu-se os presos por grau de escolaridade. Do total de presos, 1.390 não informaram o grau de escolaridade, 224 eram analfabetos, 6.998 possuíam o Ensino Fundamental incompleto, 1.883 detentos com Ensino Médio incompleto, 1.347 com Ensino Médio completo, 1.182 com Ensino Fundamental completo, 224 com Ensino Superior incompleto, 73 com Ensino Superior completo e sem números para acima de Ensino Superior.

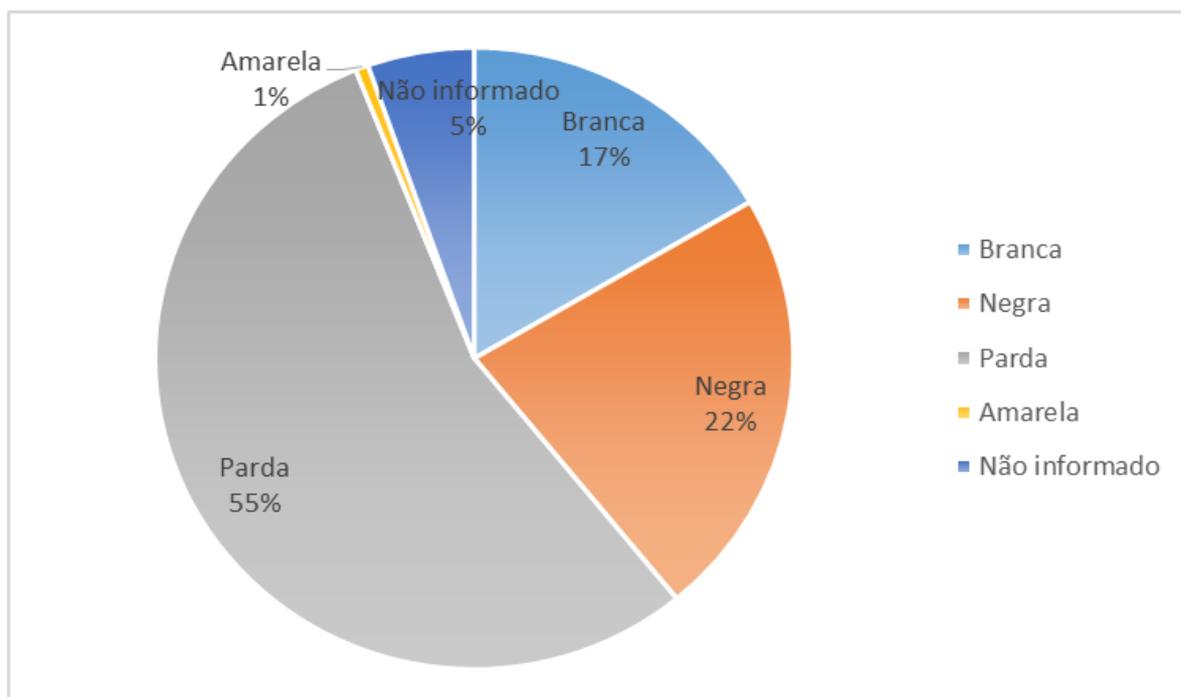
Gráfico 2 – Quantidade de Presos(as) por Faixa Etária – 2014



Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE, 2014.

No gráfico 2, a população carcerária é apresentada segundo a faixa etária. Na faixa etária de 18-24 anos tinha-se 3.604 detentos a época, entre 25-29 anos 3.533 presos, no intervalo 30-34 anos a quantidade de encarcerados era de 2.712 pessoas, entre 35-45 anos a quantidade era de 2.706, na faixa de 46-60 anos tinha-se 752 presos, de 61-70 anos tinha apenas 64 presos no período, com mais de 70 anos tinha-se 4 pessoas e com idade não informada, 128 pessoas.

Gráfico 3 – % dos Presos(as) por Cor da Pele/Raça/Etnia – 2014



Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE, 2014.

No gráfico 3, no qual a separação da população carcerária foi feita por cor da pele/raça/etnia, vê-se que 55% se autodeclarou parda, seguida por 22% como negra; na sequência, 17% consideraram-se brancos e 1%, amarelos, enquanto de 5% não informaram.

Assim, observa-se que mais da metade das pessoas presas no Distrito Federal, segundo dados de 2014, não possuíam nem o Ensino Fundamental Completo, enquanto o restante da população carcerária se distribuía entre os outros graus de instrução. Ao separar os presos por faixa etária quase 7mil – representando mais da metade do universo de presos do DF, são jovens com idade entre 18 a 29 anos. E na análise da cor da pele/raça/etnia dos presos vê-se que 77% são autodeclarados pardos e negros.

Sobre a análise do perfil da massa carcerária do DF, verifica-se que é constituída na maior parte por jovens de até 29 anos, com baixa escolaridade, em sua maioria parda e negra coincidindo com o perfil da maioria dos presos no Brasil. Tais informações podem suscitar questionamentos quanto à interação entre origem, escolaridade, cor com a inclusão no sistema prisional. Pode-se surgir ainda uma análise quanto a problemas sociais relacionados ao contexto vivido pelos detentos antes de serem inseridos no Sistema Prisional do DF.

Após a análise do perfil dos presos do DF, no capítulo a seguir serão esclarecidos dados dos presos provisórios do Distrito Federal, que representam grande parte dos detentos DF.

3.4 .Centro de Detenção Provisória do DF

O Centro de Detenção Provisória foi inaugurado em 1973. Está localizado na Região Administrativa de São Sebastião, Distrito Federal, faz parte do Complexo Penitenciário da Papuda, endereçado na Rodovia DF-465 quilômetro 4. Tem como diretor um agente penitenciário do Distrito Federal.

Em sua estrutura, a unidade possui um Núcleo de Saúde com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, psicólogos e assistentes sociais. Conta também com Núcleo de Ensino com salas de aula e biblioteca e ainda promove cursos profissionalizantes regularmente aos custodiados.

O CDP possui um fluxo de entrada de detentos intensa, pois recebe presos provenientes da Divisão de Controle e Custódia de Presos – DCCP, duas vezes por semana. Destina-se, fundamentalmente, ao recebimento dos presos provisórios do sexo masculino, sendo ainda o presídio de entrada e classificação para os demais estabelecimentos do sistema penitenciário. Na unidade também está localizada a ala dos ex-policiais e a ala dos presos provisórios com celas destinadas aos extraditados, que ficam à disposição do Superior Tribunal Federal. (Figura 2)

Figura 2 – Corredor interno de pavilhão do CDP-DF – 2016



Foto: Gláucio Dettmar/agente CNJ, 2016.

Por possuir características peculiares e por se tratar da unidade de entrada de todos os detentos do sexo masculino do Distrito Federal, viu-se uma oportunidade de estudar a percepção das mulheres visitantes de forma mais representativa, conforme mostrado no próximo capítulo.

Capítulo 4: As Visitantes e o Lugar CDP-DF

Os presos são indivíduos em Instituições Totais, que devido a privação de liberdade têm o contato com o “mundo” externo reduzido, sofrendo de certa forma uma desconstrução de suas identidades, perdendo por meio desse processo de socialização o seu “eu” anterior. Esse fenômeno se dá, porque a prisão se torna “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN, 2003, p. 11), levando ao processo de prisonização do indivíduo como foi descrito por Clemmer (*apud* THOMPSON, 1980).

Diante do exposto, as visitas dos familiares se mostram importantes, já que resgatam aos internos a familiaridade, o “lar” existente no seio das relações de afeto com entes queridos e com os lugares anteriormente vivenciados.

Foram escolhidas para a pesquisa qualitativa, no âmbito da Geografia Humanística, as mulheres visitantes do CDP-DF, a fim de estudar a percepção do lugar CDP do ponto de vista dessas companheiras de detentos. Foram entrevistadas 15 mulheres visitantes, entre estas esposas e companheiras com união estável, com idade entre 21 a 43 anos, moradoras da periferia e entorno do DF, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Perfil e Cidade de Moradia das Visitantes do CDP-DF

Entrevistada	Idade (ANOS)	Cidade de Moradia
Entrevistada 1	43	FORMOSA - GO
Entrevistada 2	31	CANDANGOLÂNDIA - DF
Entrevistada 3	23	ESTRUTURAL - DF
Entrevistada 4	29	NOVO GAMA - GO
Entrevistada 5	25	RECANTO DAS EMAS - DF
Entrevistada 6	22	CEILÂNDIA - DF
Entrevistada 7	21	CEILÂNDIA - DF
Entrevistada 8	20	CEILÂNDIA - DF
Entrevistada 9	32	SÃO SEBASTIÃO - DF
Entrevistada 10	41	CEILÂNDIA - DF
Entrevistada 11	26	SANTA MARIA - DF
Entrevistada 12	32	SOBRADINHO – DF
Entrevistada 13	27	LUZIÂNIA – GO

Entrevistada 14	36	GAMA – DF
Entrevistada 15	33	PARANOÁ – DF

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa de campo, 2016.

As visitantes seguem uma rotina cansativa e regida por norma de segurança do CDP que estão descritas na Cartilha do Visitante do CDP. Antes de terem suas entradas liberadas precisam fazer um cadastro, no qual é preciso comprovar casamento, união estável com o detento. As visitas no CDP acontecem a cada 15 dias, nas quartas, quintas e sextas-feiras, com rotinas de revista de alimento e pessoal. A revista poderia ser feita por meio de Raio-X, porém por falta de manutenção, conforme reportagem publicada no sítio do G1, o *scanner* instalado no CDP, com capacidade para escanear até 25% dos visitantes, não funciona há quase um ano, fazendo com que 100% das revistas ocorram de forma manual, acometendo as visitantes à revista pessoal íntima. O horário previsto para início da visitação é das 8h às 9h, enquanto o encerramento da visitação para as mulheres ocorre às 15h.

Figura 3 – Fila de embarque de ônibus com destino à Papuda – 2013



Fonte: <https://coturnonoturno.blogspot.com.br/2013/11/revoltante-esposas-de-presos-da-papuda.html>,

21/11/2013

Além da árdua rotina, os laços das visitantes com os detentos se tornam atributos negativos, uma vez que começam a ser identificadas de acordo com a condição dos presos, muitas vezes categorizadas como “mulher de bandido”. Essas mulheres são a maioria dos

visitantes no Complexo Penitenciário da Papuda assim como no CDP-DF. Apesar do julgamento social, assumem uma ligação a um grupo estigmatizado e começam a frequentar um lugar temido e visto com receio pela sociedade. Dessa forma, auxiliam na possível recuperação e reinserção dos detidos pela justiça ao meio social e familiar.

E foi a partir das respostas escritas de questões pré-formatadas e gravação de áudio de entrevistas com as visitantes, que se colheram insumos para uma análise do discurso das mulheres entrevistadas com o objetivo de extrair alguns aspectos quanto à percepção do lugar CDP.

Vê-se assim como dito por Tuan (*apud* CABRAL, 2007, p. 146), “espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor”. Assim acontece com as entrevistadas, mesmo que em muitas vezes o valor atribuído ao lugar CDP seja de caráter negativo, já que está atrelado a uma situação e vivência não desejada. Ao questionar a “Entrevistada 4” quanto a imagem mais forte que surge em sua mente as vésperas das visitas a mesma respondeu:

E4: “A pior possível, a pior possível, você pode ter certeza. Que eu como esposa é a pior possível disso. Ah, vou lá de novo ver meu marido, vou sair não vou poder trazer ele comigo. Fica aquela tensão como eu ‘tô’ te falando. Poxa, como é que vai ficar lá dentro? Porque geralmente sem mais nem menos eles invadem, tomam tudo como eu te falei. E é essa a imagem que eu tenho, é essa: É que eu venho visitar e em seguida a gente vai sair e eles vão invadir, entendeu?”

Percebeu-se na fala da “Entrevistada 4” um sentimento de incerteza quanto ao lugar, incerteza quanto ao futuro de seu companheiro no CDP, quanto à vulnerabilidade atrelada ao ambiente carcerário. Notou-se também que o maior medo da entrevistada é o que pode vir a acontecer com o seu marido detento e não a si mesma no dia de visita.

Ao fazer o mesmo questionamento para a “Entrevistada 5” quanto à imagem mais forte presente em sua mente na véspera da visita, a mesma respondeu: “Ah. A imagem que eu tenho é do meu marido aí preso. Vem logo isso”.

Com os trechos das respostas das entrevistadas acima, verifica-se a construção de uma relação afetiva das mulheres visitantes com o lugar CDP. No entanto, para as entrevistadas “4” e “5” vê-se uma relação pautada na situação de encarceramento de seus companheiros. Dessa forma, o CDP, enquanto lugar seria “um centro de significados construído pela experiência” (LEITE, 1998, 10), experiência essa que só ocorre devido ao fato dos maridos das visitantes estarem presos, dotando o CDP de um significado outrora não existente para as

mesmas, pois “essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade” (LEITE, 1998, 10). No caso, tais interesses seriam o de rever um ente amado, de prestar assistência, apoio emocional e material ao companheiro.

Quanto aos sentimentos relativos ao lugar CDP se pode assumir que estes são prioritariamente sentimentos de natureza topofóbica, já que a imagem do ambiente carcerário construída pela sociedade remete ao seu histórico de punição e sofrimento, conforme se verificou no depoimento da “Entrevistada 11, que se além mais às características físicas do ambiente e à simbologia do CDP enquanto prisão.

E11: “Eu não sei, não. É um ambiente meio estranho, ‘pra’ mim é meio estranho isso aqui. É muito estranho essa área aqui. Disse que essa área penitenciária aqui, parece que é tipo um local, como você diz: penitenciária?! Ai já te vem o quê? Você já diz, já fica naquela: é um local feio, é um local desagradável, é um local que ninguém com certeza gostaria de vir e nem de ‘tá’ aqui, né? Então assim, eu, na minha cabeça é isso. Eu penso logo isso: ‘Meu Deus vou naquele lugar horrível, horroroso’.”

A “Entrevistada 11”, mostrou um certo estranhamento quanto ao ambiente do presídio, mas principalmente quanto ao significado do mesmo enquanto Instituição Total voltada à punição dos que cometeram crimes. Ao dizer que o ambiente é “horrível”, “horroroso” ela não cita nenhuma característica em específico do ambiente, mas não deixa de salientar em seu discurso a valoração negativa que o significado da palavra “penitenciária” carrega.

Em uma análise comparativa das entrevistas realizadas, observou-se que mesmo em situações semelhantes, em todas as mulheres, companheiras de detentos encarcerados no CDP e moradoras de periferia, nota-se diferenças quanto a intensidade com que essas mulheres vivenciam o CDP nos dias de visita e a forma como lidam com a rotina do lugar. Percebem-se graduações diferenciadas quanto aos sentimentos de medo, humilhação, aceitação de cada visitante, demonstrando que a experiência do lugar se apresenta em níveis/intensidades diferentes para cada uma, desvelando a natureza idiossincrática da percepção do lugar CDP em detrimento de sua imagem no senso comum.

Assim, percebe-se que a relação estabelecida por elas, enquanto indivíduos, demonstra a percepção como um processo individual e particular. Enquanto para a maioria das visitantes a rotina de visita seria “impossível” de se acostumar para a “Entrevistada 10”, quando questionada se ela teria se acostumado, respondeu: “Ah! Acostumei. Acostumei já, mas cansa, né? Esse lugar... Que já tem um tempinho que ‘tô’ vindo, já! ”.

No entanto, há uma certa similaridade nas relações estabelecidas entre as visitantes e o

lugar. Quando as visitantes foram questionadas quanto à emoção mais forte sentida antes do dia de visita, a maioria das respostas remetia a sentimentos como ansiedade e angústia. A ansiedade por elas citada remete ao desejo de verem seus companheiros, mesmo que para isso tenham de voltar ao CDP, ambiente hostil e enfrentando a realidade da impossível retirada de seus parceiros do cárcere, já que os mesmos se encontram à disposição da justiça, causando a sensação de angústia descrita por elas.

Quando a “Entrevistada 2” foi perguntada sobre os seus sentimentos na véspera do dia da visita, ela respondeu: “Ai! É uma angústia. Meu ‘amô’ ‘tá’ aqui, ‘né’? E eu ‘vim’ e não poder levar ele!”. Tal sensação de angústia se revela também como consequência de um sentimento de responsabilidade que as visitantes têm por seus companheiros presos. Muitas, mesmo que de forma infundada, sentem-se frustradas e muitas vezes culpadas por não poderem tirar seus maridos da prisão para gozarem da liberdade e segurança do lar assim como elas fazem. Um trecho da conversa com a “Entrevistada 8” demonstra essa situação: “Ai! Fico meio constrangida porque deixo ele aí. E a gente só confia em Deus, sabe, que é que guarda aí dentro. Mas traz muito constrangimento de saber que fica aí a mercê dessa situação tão desagradável”.

Por meio das entrevistas foi possível captar também os sentimentos e certos aspectos da relação das visitantes com o quadro de funcionários do CDP e como o tratamento dispensado à elas pelos funcionários é traduzido como tratamento disponibilizado para figuras estigmatizadas como “mulher de bandido”. Nas revelações feitas pelas mulheres, muitas citam o sentimento de humilhação devido à forma que são tratadas, devido às condições a elas disponibilizadas nos dias de visita.

As visitantes demonstraram insatisfação quanto ao processo de ingresso no Centro de Detenção Provisória, que é um processo marcado por dificuldades desde seu início. Para muitas o processo de ingresso no CDP se inicia ainda na madrugada e ao relento, quando muitas pegam sua primeira senha e iniciam a longa espera para a entrada. As visitantes entrevistadas informaram que esperam em média 4 horas desde a chegada ao Complexo Penitenciário da Papuda até a entrada no CDP por volta do meio dia.

O processo se faz longo e cansativo também, pois nele se inserem as rotinas de revistas dos suprimentos trazidos para os presos e também o procedimento de revista íntima tido por muitas como o pior momento. Somando às dificuldades se insere também a falta de infraestrutura para as mesmas. Verificou-se que as visitantes contam com quase nenhum assento para a espera até terem suas senhas chamadas para darem entrada ao CDP, e um banheiro em situação de má conservação tanto em questões de higiene quanto em seus

aparelhos (ausência de pias, vasos entupidos, falta de chuveiro para as visitantes que pernoitam nas redondezas do Complexo Penitenciário). Referente a esses problemas têm-se as seguintes falas das visitantes:

Figura 4 – Portão de saída do CDP – 2016



Fonte: <http://dfemfoco.com.br/index.php/prisao-virou-banco-visita-entra-com-r-125-e-sai-de-la-com-r-8-mil/>

Sobre a revista íntima:

E1: “Humilhação demais. (Risos). Humilhação. (Risos)”.

E2: “Ah! Eu sinto muita vergonha... é muito vergonhoso ficar pelado na frente dos outros, ‘né’ ?!”.

E3: “Eu já acostumei (risos). Eu já acostumei, é muitos anos (risos). ‘Pra’ mim é normal a revista (risos). No começo, nossa, era difícil. Hoje eu nem ligo muito. ”

E4: “A humilhação, porque não precisava disso tudo. E não é só comigo, é com pessoas velhas, de idade, entendeu?!”

E5: “Por que fica nua, “né”? Toda nua. É horrível, não gosto”

É possível verificar nessa seleção de repostas, sobre o momento da revista íntima, que para todas as visitantes a situação em algum momento teve caráter vexatório, porém como é possível ver, para a “Entrevistada 3” a sensação de vergonha/humilhação já não é mais sentida da mesma forma, já que para a visitante o momento já se tornou rotineiro.

Sobre o tratamento dos agentes penitenciários:

Ao perguntar à “Entrevistada 4” sobre o tempo de visita, ela respondeu:

E4: “Muito... pouco, muito pouco. Porque até então eles ganham muito bem. Aqui em Brasília todo mundo sabe, não só eu, como todo mundo que os policiais de Brasília em geral (agente carcerário e polícia) todos ganham muito bem, então eles deviam fazer o quê? Serviço direito. No caso eles ‘devia’ começar a atender 8 horas como era antigamente. Antigamente começava a atender 8 horas a visita acabava às cinco da tarde. Quer dizer que acaba três horas ‘pra’ quê? ‘pra’ gente sair, eles botar a polícia pra invadir, depois eles ficar de perninha pra cima. Como eu já ‘vim’ aqui em dias que não tinha visita e eles ‘tava’ na área de lazer jogando bola, tomando sol, comendo churrasco... e....”.

Ainda sobre o tratamento dos funcionários a “Entrevistada 4” diz:

E4: “É... é uma experiência válida, mas é como eu ‘tô’ te falando, eles não ajuda, entendeu? Aí ao invés de ajudar uma pessoa a voltar ao seio da família, a voltar à sociedade, não tem como, não tem como porque eles não ‘ajuda’, os próprios funcionários (de diretor a agente carcerário, policiais mesmo femininas), entendeu? Chegam a entrar... é o que eu ‘tô’ te falando. ‘Eles não ajuda’, que era quem na verdade devia ajudar, fazer o trabalho, pelo menos fazer o trabalho deles direito. Não humilhar mais do que já ‘tá’ humilhado. Que cabe a eles, cada um deles botar a cabeça no lugar e ver que errou e ver que esse lugar, não é lugar...entendeu? ”.

Podemos perceber no discurso da “Entrevistada 4” que a mesma tem construída uma imagem dos agentes carcerários como adversários dos detentos, indo contra a recuperação e reinserção dos detidos à sociedade. O discurso reflete o que é vivenciado e sentido por ela em seus dias de visita e o que é repassado por seu ente sobre o tratamento dado aos presos fora do horário de visitação.

Assim, vê-se que ao mesmo tempo em que as visitas são entendidas como parte importante no processo de recuperação e reinserção dos presos à sociedade, pode-se notar que são vítimas de tratamento humilhante devido a estigmatização social como “mulher de

bandido” e a transferência, de certa forma, a elas da punição que deveria se restringir ao detento, como se as visitantes fossem criminosas também. Pois a ligação das mulheres ao bandido é vista de modo geral como uma demonstração de culpabilidade, gerando um quadro de violência simbólica imputada não somente nos limites do CDP, mas em outros ambientes vividos por elas.

Esse tipo de violência que desconstrói de certa forma a dignidade da mulher enquanto parte da sociedade é mais um aspecto que dificulta a penosa rotina de visitante, mas por vários motivos difíceis de especificar, dentre eles vínculos afetivos e medo, não as deixam desistir da jornada quinzenal ao CDP.

Antes de finalizar o capítulo, é necessário salientar que mesmo essas mulheres, companheiras de homens que aguardam o rigor da Lei encarcerados como detentos provisórios, em sua maioria, não eximem seus entes queridos da culpa por seus atos criminosos. Ao serem questionadas se julgavam que os companheiros deveriam ser condenados pelos crimes que cometeram, a maioria afirmou que achava justo que “pagassem” pelos seus crimes. No entanto, há que ressaltar que segundo algumas respostas pôde-se constatar que não há concordância quanto à forma como eles são punidos. Para a “Entrevistada 11”:

E11: “Meu bem. Assim. Eu acho que essas penas, ‘pra’ mim, nenhuma é justa. Que eu acho que eles deveriam ao invés de dar essas penas, desse, mas desse menos assim, em um local não preso, mas trabalhando. Desde o primeiro dia que chegasse até o último que saísse. Aí sim, eu acharia uma pena justa: trabalho. Mas ‘pra’ deixar aí, um depósito de gente humana.”

Vê-se um descrédito quanto à forma de tratamento dispensado aos detentos, os quais, não se pode esquecer, ainda não foram condenados e tampouco foram considerados culpados pela Lei. Dessa forma, por meio da pesquisa realizada com as visitantes do CDP-DF foi possível verificar uma relação intensa das mulheres com o lugar que envolve sentimentos de repulsa pelo ambiente e todo o seu significado, mas ao mesmo tempo sentimentos que remetem aos laços afetivos existentes com os seus companheiros presos que no momento tem o presídio como “morada”.

Abre-se uma gama de opções para futuros questionamentos e pesquisas sobre como as relações desenvolvidas entre mulheres visitantes e presídio, e de que forma a exposição dessas relações, podem auxiliar para estudos sobre a temática carcerária e os processos prisionais no DF.

O próximo capítulo tece as considerações finais sobre a pesquisa da percepção das mulheres visitantes do lugar CDP e a importância de trabalhos em Geografia no âmbito do sistema prisional brasileiro.

Considerações Finais

Após a exposição dos dados e análise da percepção das mulheres visitantes, pôde-se levantar algumas respostas sobre como se caracteriza a percepção do lugar CDP e como a relação entre as visitantes e o ambiente do cárcere se dá.

Foi possível também a verificação de algumas características das visitantes. Foi possível notar que a faixa etária das visitantes está inserida na média da faixa etária dos detentos – maioria jovem. Percebeu-se também que em sua maioria são mulheres de periferia e que se sentem responsáveis pela ligação do preso ao mundo exterior.

A partir desse levantamento conseguiu-se um aprofundamento sobre a realidade vivenciada no cárcere nos dias de visitação e em como as mulheres visitantes sentem que nesse momento, em que sentimentos como angústia e humilhação afloram, a motivação para persistir na rotina de visitante é maior, fazendo-as continuar.

É notável que as mulheres visitantes não se sentem respeitadas ao se inserirem no ambiente prisional e percebem que de certa forma é imputado a elas, de forma velada, punição por se relacionarem com pessoas que cometeram crimes. Demonstra-se assim que os agentes do Estado, na percepção das visitantes, agem de forma a dificultar o processo de recuperação dos detentos ao invés de prestarem o suporte para que a finalidade da Prisão enquanto casa de recuperação se cumpra.

Vê-se nas falas das visitantes um sentimento de estranhamento em relação ao CDP enquanto aparelho do Estado que visa ao cumprimento da justiça. Em alguns diálogos, viu-se as visitantes citarem o lugar como “depósito de gente humana”, o que revela a necessidade de maiores discussões sobre os ideais de Prisão no Brasil segundo os moldes discutidos por Foucault (2014) e como o sistema carcerário do DF é de fato movido.

Logo, é notável que a percepção das mulheres visitantes serve sim, guardando-se a complexidade do quadro estudado, como medida sobre como as políticas praticadas no sistema carcerário do DF precisam ser reformuladas quando traçamos um paralelo com os objetivos de uma prisão em relação à premissa de recuperação e reinserção social dos aprisionados à sociedade.

Pode-se levantar alguns questionamentos sobre a imagem da mulher visitante e o sistema carcerário. Como demonstrar por meio de novas políticas públicas a relevância que o papel da mulher visitante tem no sistema penitenciário? Como atribuir um novo olhar a esta mulher, vista como “mulher de bandido”? Assim será possível buscar novos caminhos sociais

a uma parcela que está às margens da sociedade e que são agentes de ligação do mundo “intramuros” ao mundo fora dos limites do presídio.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. P.; SARTORI, M. da G. B. **A percepção da paisagem urbana de Santa Maria-RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores.** Ciência e Natura, Santa Maria, vol. 30, n. 2, p. 107-126, 2008.

BASSANI, F. **Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, São Paulo, 2010, v. 4, n. 2 p. 261-280.

BECCARIA, C. B. **Dos Delitos e das Penas.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

BENTHAM, J. **Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos.** São Paulo. Jurídica Edijur. 2002

BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 4

CABRAL, L. O. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr/out. 2007.

CASTRO, I. E. de. O Problema da Escala. In: **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

CDP. Disponível em: < <http://sesipe.sejus.df.gov.br/unidades/cdp.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

Código de Hamurabi - cerca de 1780 A.C. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-Cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/codigo-de-hamurabi.html>>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

DE PAULA, L. T.; MARANDOLA Jr., E. **Memória e experiência no estudo de vulnerabilidade do lugar**. In: 12º Encontro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina En Transformación. Montevideo, 2009.

FANDINO MARINO, J. M. **Análise Comparativa dos Efeitos da Base Socioeconômica, dos Tipos de Crime e das Condições de Prisão na Reincidência Criminal**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 220-244

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes: 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2003.

HOLZER, W. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001. p. 105-125.

KOZEL, T. S. **Das Imagens às Linguagens do Geográfico: Curitiba, A “Capital Ecológica”**. São Paulo, 2001. Tese de doutorado – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

LEITE, A. F. **Lugar: Duas Acepções Geográficas**. In: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 21. 1998

LUIZ, G. **Falta de manutenção deixa 2 dos 8 scanners prisionais do DF fora de uso**, 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/07/falta-de-manutencao-deixa-2-dos-8-scanners-prisionais-do-df-fora-de-uso.html>>. Acesso em 12 de novembro de 2016.

MACHADO, A. A. **Prisão Preventiva (crítica e dogmática)**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

MARANDOLA JR. E.; HOGAN, D. J. **Vulnerabilidades do lugar vs vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão**. Revista Brasileira de Estudos da População, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, jul. /dez. 2009.

MEDEIROS, C. L.; COELHO, M. B.; GERSÃO, E., MOREIRA, J. J. S.; & CUNHA, M. I. **Do desvio à instituição total: Sub-cultura – Estigma – Trajetos**. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1991.

MELO, J.; ALVES, L.; CAVALCANTE, J. **Do lado de dentro e do lado de fora: justiça e criminalidade a partir de perspectivas de mulheres em situação de prisão e na condição de visitantes**. Vivência: Revista de Antropologia, Natal, 2015, n. 46, p. 113-130.

PEDROSO, R. C. **Utopias Penitenciárias: Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil**, 2004. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/5300/utopias-penitenciarias/1>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

RAMBO, A. G.; RÜCKERT, A. A. O Sistema Territorial de Claude Raffestin para Pensar o Desenvolvimento Territorial. In: **XXVIII Encontro Estadual de Geografia, 2008, Bento Gonçalves. Anais do XXVIII Encontro Estadual de Geografia**, 2008. Referências adicionais: Classificação do evento: Regional; Brasil/ Português; Meio de divulgação: Digital.

RELPH, Edward C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. Geografia. v.4, n 7, 1-25, abril, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Território, Territórios ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição, 415p., Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA MATTOS, J. **Reforma Penitenciária: passado e presente**. Lisboa, Sousa Neves, 1885.

STEFANELLO, A.C.; SILVEIRA, M. A. T. Percepção Geográfica de Riscos Naturais. Um Estudo dos Balneários Turísticos de Caiobá e Flamingo em Matinhos/PR. In: **Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. 2005, Londrina, 2005.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência**. São Paulo. Editora Difel, 1983.

_____. **Paisagens do Medo.** São Paulo. Difel: 2005.

_____. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, atitudes e Valores do Meio Ambiente.**

Trad. De Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 288 p, 1980.

ZALUAR, Alba. **Da Revolta ao Crime S. A.** São Paulo. Moderna, 1996.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO - MULHERES VISITANTES
1ª parte – dados gerais sobre a visitante

1. Idade: _____ anos completos.
2. Onde mora, no DF? Já morou em quantos lugares, quantos no DF e quantos fora do DF?

-
3. Qual seu Grau de Parentesco com o detento?
 Mãe Esposa Filha
 Irmã Companheira Namorada
-

2ª parte – dados específicos sobre a entrevistada

4. As suas visitas ocorrem em qual dia da semana?
 Quarta-Feira Quinta
5. Com que frequência vem ao CDP?
 1 vez por semana 1 vez a cada 15 dias
 1 vez por mês Menos que uma vez por mês
6. Que horas costuma chegar na “Papuda” (especificar se é no horário da manhã, tarde ou noite)? Qual o horário oficial das visitas?

7. Antes de vir ao presídio pela primeira vez, como você imaginou que seria o ambiente?

8. A realidade de visitante de detento, para você, em vista do que você imaginava e do que as pessoas te diziam, se mostrou:

Péssima Ruim Normal Boa

Quais aspectos do presídio a fazem sentir isso com relação à realidade nesse lugar?

- O momento da revista O ambiente cheio de grades
 O tratamento que os funcionários do presido dirigem a você
 A situação que seu familiar se encontra no mesmo
 O local destinado a visita
 Outros _____

9. Sabendo-se que sentimento em seu sentido mais genérico, são as informações que somos capazes de sentir nas situações que vivenciamos – sendo assim, fundamental na presente pesquisa já que retrata a percepção das entrevistadas em relação ao ambiente físico e emocional do lugar estudado - quais sentimentos são mais fortes na véspera da visita? _____

10. Quais as dificuldades encontradas desde sua chegada ao presídio até o momento da saída?

11. Quanto tempo você espera para entrar no Centro de Detenção Provisória do DF?

12. Já que sentir é o ato de perceber por qualquer um dos sentidos, ter a impressão de algo, ou seja, ter uma sensação física ou um pressentimento a respeito de algo. O que você sente no momento das revistas, é fácil distinguir suas emoções neste momento?

13. O que é pior nos dias de visitas?

- O tratamento dos funcionários do presídio
 A rotina para ingressar em sem interior
 O ambiente da prisão: pátio, grades, falta de assentos

14. Qual imagem do lugar CDP que você guarda em sua mente nos dias que antecedem a visita? Por quê?

15. Você se acostumou a essa rotina?

- Sim Não

Justifique:

3ª parte – dados específicos sobre o visitado

16. É a primeira vez que ele é preso?

- Sim Não

17. Em que categoria de preso ele se encaixa?

- Provisório Sentenciado